

## Por um Brasil moderno: Com o auxílio do Rei e a ajuda dos auxiliares

*Patrícia R. C. Barreto\**

### I. Introdução

A lavoura “nunca foi contrária ao desenvolvimento industrial do país”<sup>1</sup>, muito pelo contrário. No Brasil do século XIX, havia donos de terras ávidos por mudar a rotina de seus sistemas produtivos e incorporar as melhorias técnicas necessárias para expansão da produtividade em suas propriedades. De um modo geral, observa-se que houve tanto por parte tanto do imperador quanto por parte das elites o desejo de instituir uma política econômica voltada para a modernização da produção nacional, que visava ao desenvolvimento da economia brasileira, à superação dos déficits, à organização do mercado e à confecção de uma infraestrutura adequada.

Esta ilação remete-se, portanto, à inferência desta desconhecida instituição nos planos de modernização da economia imperial, a partir do Segundo Reinado, quando foi estabelecida uma política econômica que precisava integrar diferentes regiões do país através de um projeto civilizador, e submeter à ordem e à autoridade do Estado imperial todos os setores da economia, assim como todas as elites nacionais, a fim de harmonizar os conflitos entre a Corte, as províncias, as localidades, e promover o interesse nacional: a felicidade e o bem estar dos cidadãos do Império.

### II. Desenvolvimento

O governo imperial de D. Pedro II instituiu uma série de medidas que visavam à expansão das atividades produtivas, através não só da proteção alfandegária mas, fundamentalmente através do incentivo à introdução de máquinas e suplementos, à implementação de cursos que formassem uma mão de obra técnica qualificada e à formação de quadros administrativos e políticos voltados para o desenvolvimento de

---

\*Doutora em História das Ciências, Técnicas e Epistemologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora do Colégio Militar do Rio de Janeiro.

<sup>1</sup> LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização do Brasil: 1808 a 1930**. São Paulo: Alfa-ômega, 1975, p. 61.

uma economia moderna que viesse a suplantar os rotineiros processos produtivos e alavancassem o setor industrial do Brasil.

No bojo do processo de modernização do estava *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, cujo objetivo central era o de buscar alternativas para fazer frente aos problemas que a economia do país enfrentava, diante da forte concorrência externa ao açúcar e ao algodão, principais produtos de exportação do Brasil no século XIX. A associação carioca, fomentada pelo Conde da Barca e consolidada em 1827, promoveu debates, estimulou e incrementou a introdução de novas culturas como as do chá, do bicho da seda e da erva mate e viabilizou, paralelamente, o crescimento industrial do país, através do permanente levantamento de novas técnicas de produção, máquinas e ferramentas que fossem úteis ao crescimento nacional.

A Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional continua a distinguir-se na classe das mais acreditadas, e benemeritas do Imperio: o seu nome he respeitado com honra pelos Sabios mais abalisados do Brasil; e as Academias, e outros Corpos scientificos estrangeiros, tem dado prova incontestáveis dos respeitos, e considerações com que a tratão.<sup>2</sup>

Esta reunião, senhores, de pessoas tão distintas, e que abragem nos seus variados conhecimentos, tudo quanto he objecto de arte, e sciencia, prova mais que de sobejo, que a nossa Sociedade não he privada de merecimento, que ella será hum dia o foco das luzes do Brasil; e que esse espirito de associação tão util, e necessário para a civilisação e prosperidade Nacional, se vai estendendo pela nossa abençoada Patria.<sup>3</sup>

Uma associação criada e gerida pelos *notáveis do Império*, isto é homens da administração pública ligados diretamente ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, responsável pela emissão de pareceres e patentes. Tendo com sócios membros da aristocracia da terra, ou de Portugal, que tinham uma formação acadêmica e que por tal razão possuíam um conhecimento não só dos avanços da Ciência na Europa, mas, do quanto esta Ciência tornava-se um mecanismo de progresso para as

---

<sup>2</sup> MATOS, Raymundo José da Cunha. **Relatório recitado em sessão publica da Assembléa Geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1838. Documento manuscrito. Biblioteca da FIRJAN.

<sup>3</sup> REBELLO, Lino Antonio.. **Relatório recitado em sessão publica da Assembléa Geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1839. Documento manuscrito. Biblioteca da FIRJAN.

nações mais civilizadas, a Sociedade tornou-se um órgão consultivo sobre todos os assuntos referentes à agricultura e à indústria nacional.

Seus sócios desempenhavam funções em várias áreas da política nacional, ministros, desembargadores, comendadores, senadores que compunham a intelectualidade da época e articulavam a sua importância política aos seus conhecimentos acadêmicos e práticos sobre a agricultura, o comércio e a indústria nacionais, a fim de promover o crescimento do Brasil.

A *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, que funcionava nas salas do andar térreo do prédio do Museu Nacional, no Campo de Santana (ou da Aclamação), cujas “janelas davam vistas para Rua dos Ciganos” (atual Rua da Constituição), nasceu norteada pelo objetivo de desenvolver a economia imperial, da agricultura às máquinas. Embora de caráter privado, estava sob a jurisdição do Governo e seu papel econômico era colocar o Brasil e, fundamentalmente, o Rio de Janeiro, a par da “Era das Máquinas”, e implantá-las em favor do aproveitamento dos recursos que a natureza lhes fornecia, a fim de promover, reduzindo-se os custos da mão de obra escrava. E, para tanto, advogavam um amplo papel que os conhecimentos aplicados à natureza fariam em prol do crescimento econômico do Império.

Fomentadora do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838) e do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860), organizadora da Primeira Exposição Nacional do Brasil (1861), a *Sociedade Auxiliadora* desempenhou a tarefa de pensar e racionalizar a economia do Brasil segundo o postulado de sua própria história política e social. A par do processo de consolidação da Monarquia brasileira comprometendo-se em desenvolver a gênese da modernidade e do progresso em terras brasileiras, a partir da associação de homens letrados, instruindo e informando o povo sobre as potencialidades e possibilidade do avanço técnico-científico, viabilizando o crescimento produtivo, o reconhecimento do Brasil enquanto nação civilizada e a consolidação do Estado Nacional, na materialização de uma identidade do povo brasileiro e na construção de princípios norteadores da vida social ao longo de sua existência.

A *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* teve como Protetores e Presidentes Perpétuos os Imperadores, e foi presidida por grandes individualidades do Império, como o Marquês de Abrantes e o Visconde do Rio Branco, sem falar de tantas outras figuras ilustres que compunham o seu quadro de sócios como os príncipes e os demais membros da família imperial. Articulou uma nova mentalidade entre os brasileiros, através do nacionalismo econômico, da fé no futuro e da crença nos recursos e nas riquezas do Brasil. Sem apagar passado, aspirava que a exploração agrícola se tornasse cada vez mais racional e menos nociva às ambições de um Estado independente, que aspirava pelo crescimento econômico e pela sua permanência no concorrido mercado europeu. Foi co-participante do rápido amadurecimento da nação, enquanto descurava a tarefa de explorar e desenvolver as possibilidades materiais do país. Nem por isso a Sociedade obteve ressonância na historiografia brasileira até o presente momento.

Na revista *Carta Mensal*, da Confederação Nacional do Comércio, o historiador Arthur Cezar Ferreira escrevia, em 1984, que “a história da Sociedade Auxiliadora está por escrever-se, fazendo-se necessário elaborá-la”. Esta é a proposta, tornar conhecida uma instituição cuja tradição histórica no campo econômico que remonta a aproximadamente 180 anos na praça industrial carioca. A *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* é desconhecida ou subestimada pela imensa maioria dos pesquisadores que estudam o século XIX, fato que é facilmente percebido na ausência de publicações exclusivamente sobre o assunto. Ou na omissão por parte dos biógrafos da monarquia brasileira que deixaram de assinalar a figura de D. Pedro I como “protetor da Sociedade” e do segundo Bragança como seu Defensor Perpétuo, chegando, inclusive, a participar de algumas reuniões no salão térreo do Museu, no Campo da Aclamação.

Uma sociedade que, segundo Maria Antonieta P. Leopoldi, funcionou como uma entidade de caráter acadêmico consultivo, isto é, uma “sociedade científica”, cuja tarefa era auxiliar o Governo nos assuntos referentes ao emprego da Ciência na política pública e no processo de modernização e industrialização do país não pode passar incógnita pela história. Nas palavras de Pedro Calmon, a *Auxiliadora* tratava de instalar

no Brasil a mentalidade industriosa, “a mentalidade criativa”, cuja prerrogativa era a criação de uma consciência sobre as possibilidades desenvolvimento da Nação.

O presente estudo pretende demonstrar como a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* tornou-se um espaço de institucionalização do processo de modernização da economia do Brasil, durante o Segundo Reinado. Foi responsável trazer para o país os avanços europeus em todos os setores da produção de riquezas, e promover a adaptação e a criação de técnicas e tecnologias condizentes à realidade nacional, inserindo os seus membros no contexto histórico das revoluções tecnológicas do Velho Mundo.

No mesmo momento em que o mercado internacional exigia dos grandes produtores um aperfeiçoamento técnico cada vez maior, a fim de viabilizar a concorrência da produção nacional com os demais países, os *auxiliares* propunham, além da melhoria dos processos produtivos, a diversificação das culturas. Era inaceitável que, num país de dimensões e Natureza admiráveis a economia, viciada pelas arraigadas práticas coloniais, permanecesse atrelada à monocultura e ao braço escravo. Um país recém-nascido, cujo governante era reconhecidamente um homem voltado para os estudos científicos, deveria apostar o seu crescimento na inovação: nas terras onde eram praticadas culturas tradicionais, como a cana, por exemplo, deveriam ser incorporadas as mudanças técnicas e tecnológicas condicionadas pelo conhecimento. Nas demais, era imprescindível a introdução de novas espécies e/ou novas produções que pudessem ser comercializadas no mercado externo, ou que potencializassem o crescimento do mercado interno. Enquanto que a indústria nacional deveria caminhar em prol do beneficiamento agrícola e do crescimento econômico.

Este será, portanto, um estudo histórico sobre a importância desta associação na disseminação de uma mentalidade modernizadora que visava, a partir desta instituição, à transformação da realidade econômica do Brasil. A *Sociedade Auxiliadora*, enquanto um campo de debate científico, social, político e econômico, desempenhou um papel fundamental na formulação e promoção de políticas públicas voltadas para a modernização econômica do país.

Pela sua ligação íntima e profunda com o Estado, como bem explica Maria Amélia Dantes, a associação de notabilidades da intelectualidade brasileira viabilizou a confluência de conhecimentos e a consolidação de iniciativas cujo objetivo central era o de reunir e manter as condições propícias para o fomento do progresso material do Brasil. Em tempos de expansão do conhecimento técnico-científico, uma das características fundamentais de um país que aspirava ser “civilizado” era a complexidade dos seus modos de produção. Por esta razão, as atividades da *Sociedade Auxiliadora* foram favorecidas e, freqüentemente, estimuladas por intervenções conscientes do Estado, na medida em que a potência econômica, fundamentalmente no século XIX, era considerada como um dos meios mais importantes do exercício da atividade política. A *Sociedade* além de oferecer um projeto de desenvolvimento econômico, possibilitava ao governo imperial o aumento da sua capacidade e da sua autoridade em dirigir os negócios públicos, em controlar as tensões sociais através da capacidade de mudança, traduzida em uma nova dimensão do desempenho econômico e na qualificação para satisfazer as exigências do mercado. Assim, os *auxiliadores* ofereciam uma vantagem competitiva que não estava apenas no acesso à informação, mas principalmente, em saber como usar a informação e o capital intelectual para atingir novos objetivos e metas, fazendo com que o verdadeiro recurso dominante, e fator decisivo para o progresso, não fosse mais o capital, a terra ou o trabalho, e sim, o conhecimento.

A *Sociedade Auxiliadora* muito além de fomentar uma “vocação agrícola” viabilizou a formação de uma "matriz tecnológica" no Brasil. Atuando em conformidade aos interesses da economia agroexportadora, promoveu uma crescente mecanização da produção e do beneficiamento de produtos agrícolas, a fim de atenuar as discrepâncias técnicas do trabalho manual e as contradições da utilização de mão-de-obra escrava no país, reafirmando a sua importância estratégica na modernização das estruturas econômica e cultural vigentes no Império. Através dos seus associados o progresso incorporou-se ao rol de questões que integraram o domínio da esfera pública. A *Auxiliadora* emergiu, a partir da década de 50, como um importante agrupamento social, que busca legitimar junto à sociedade o debate em torno do desenvolvimento científico-tecnológico na produção nacional.

A importância da *Auxiliadora* está exatamente no fato da associação ter promovido um projeto de modernização orgânico através das interações da esfera econômica com as esferas política e social. Pensar uma melhor organização das capacidades e das potencialidades produtivas de uma sociedade envolve, antes de tudo, solucionar os problemas decorrentes da própria estrutura: a escassez de escravos africanos, a rotina dos processos produtivos que mantinham safras oscilantes em razão do despreparo técnico, a falta de mão de obra especializada, entre outros.

A *Sociedade Auxiliadora* foi este instrumento de gestão das necessidades de um Estado Moderno. As exigências funcionais de uma sociedade que aspirava ser “civilizada”, especialmente no que diz respeito a uma melhor utilização dos recursos humanos e materiais. Daí a necessidade das Escolas para Adultos, as Fazendas Experimentais, as oficinas, o Conservatório de Máquinas, o periódico e tantos outros instrumentos que visavam a operacionalizar novos valores, tendências, atitudes e motivações, individuais e coletivas, que pudessem influir positivamente na aceitação e na produção de novas formas de agir social.

A associação, desconhecida por muitos historiadores e pela grande maioria de leigos, foi um dos mais importantes instrumentos de transição de sociedade tradicional para um Brasil moderno, através da chamada racionalização da gestão do poder e da própria organização política imposta pela evolução das condições históricas materiais. Um corpo qualificado de auxiliares “técnicos” que imprimiram um caráter essencialmente do novo Estado Imperial, um plano institucional e organizativo que visava alcançar, por todos os fins, ao desenvolvimento econômico do país. A ordem estatal tornava-se assim um projeto “racional” nas sessões realizadas na sala da Rua dos Ciganos. A monarquia continuava a existir em sua dimensão histórica, porém, no plano institucional, os traços essenciais do Estado moderno foram ulteriormente aperfeiçoados em correspondência com o progressivo caráter técnico dos *auxiliares*, homens que desempenhavam funções em várias áreas da política nacional, ministros, desembargadores, comendadores, senadores, e que compunham a intelectualidade da época articulando a sua importância política aos seus conhecimentos acadêmicos e práticos sobre a agricultura, o comércio e a indústria nacionais, a fim de promover o crescimento do Brasil.

A *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional* fez da modernização o argumento, por excelência, da construção de uma hegemonia político-econômica para um país independente e civilizado, para a construção de uma sociedade cientificamente avançada e racional, onde a tecnologia nacional alavancaria a agricultura e a indústria, onde as riquezas naturais seriam bem exploradas e colocadas a serviço da comunidade. Dirimiu as tensões que se verificava entre o governo imperial e as elites locais no tocante à difusão das inovações na sociedade, e viabilizou, acima de tudo, um sistema político com uma autoridade central forte, capaz de impor as mudanças necessárias para o progresso.

Por Modernização entende-se, segundo Gianfranco Pasquino, o conjunto de mudanças operadas nas esferas política, econômica e social que caracterizaram os séculos XVIII e XIX. Um processo que se iniciou na Revolução Francesa de 1789, e na quase contemporânea Revolução Industrial inglesa, e que provocaram uma série de transformações profundas e freqüentemente rápidas, tendo repercussões imediatas no sistema internacional e sendo exportadas para toda a parte do mundo Ocidental, de forma total ou parcial, instrumentalizando o desenvolvimento de novas estruturas políticas, econômicas e sociais distintas e diferenciadas.

No Brasil, de modo particular, a segunda metade do século XIX foi o momento em que, em razão da influência das ideias iluministas, iniciaram-se os questionamentos sobre a possibilidade de construção de uma nação verdadeiramente livre e moderna num país que ainda conservava estruturas políticas e econômicas coloniais. Segundo Arno Wehling<sup>4</sup>, a consolidação de um governo monárquico-constitucional era vista, ao menos pela maioria dos setores conservadores como uma solução para manutenção da integridade nacional e a estabilidade política, sobretudo pelo contraste que se estabelecia com as guerras civis na América espanhola. Essa percepção foi importante, pois possibilitava uma confluência de interesses entre as elites e o imperador, e possibilitava a consolidação do regime que buscava soluções alternativas à sociedade estamental e ao Estado absolutista.

---

<sup>4</sup> WEHLING, Arno. Ruptura e continuidade no Estado brasileiro, 1750-1850. **Historia Constitucional** (revista eletrônica), n. 5, 2004. <http://hc.rediris.es/05/indice.html>. Acesso em 20/01/2001.



No Brasil, o processo de modernização perpassava pela resolução dos problemas decorrentes da ruptura com o estatuto colonial. Essas soluções teriam que ser construídas no terreno das idéias políticas e jurídicas, onde as questões do Estado, do contrato entre governantes e governados, da liberdade, da organização do poder e do governo, da representação, do direito natural, do direito das gentes passariam por uma transformação radical.

A Modernização política no Brasil só foi possível, portanto, quando se verificou um aumento da capacidade do Estado em dirigir os negócios públicos, através da aproximação com as forças sociais que compunham o sistema, dirimindo as tensões e enfrentando as exigências relativas à sobrevivência destas forças. Isto é, quando D. Pedro II, após uma fase de conturbações políticas determinadas pela Regência, assume o trono investido de uma legitimidade nacional que faltara ao reinado do seu pai, verificava-se uma nova prática política que encontrava na integração das forças sociais, nas instituições e organizações político-administrativas que faziam parte da esfera política a dinâmica necessária para o desenvolvimento e para manutenção do Império.

Sob o ponto de vista econômico, a modernização colocava na ordem do dia no Brasil, como ocorria na Europa, as idéias liberais de Adam Smith. A pregação da livre concorrência e da divisão internacional do trabalho contribuiu para necessidade de revisão da manter a “estrutura colonial de produção”. O “rei filósofo”, segundo Pedro Calmon, precisava consolidar e demarcar as singularidades com o universo das “nações civilizadas”, sem negar a sua tradição. Buscava as possibilidades de mudança, no desabrochar da modernidade, no interior de suas próprias estruturas, a fim de não tornar ainda mais profundas as fissuras sócio-políticas inerentes às contradições da permanência de uma sociedade rural e escravista no século XIX, Precisava incubar um projeto de progresso e do desenvolvimento que despontasse num cenário de movimentos republicano e abolicionista, de disputas de poder entre as elites. Enfim, era necessário um projeto de governo capaz de redimensionar as contradições político-institucionais do Segundo Reinado, tornar o Império consoante às mudanças ocorridas no mundo pelo viés do avanço científico e tecnológico. Neste sentido, a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, no conjunto das suas ações, foi um fôlego decisivo para a sobrevivência da monarquia no Brasil.

Alguns fatores influenciaram o curso do processo de modernização. Em primeiro lugar, o tipo de estrutura política tradicional; que estava em crise desde a abdicação de D. Pedro I, em razão de medidas consideradas absolutistas pelas elites locais. Em segundo lugar, o momento histórico em que teve início o processo; isto é, a ascensão do novo imperador, que trazia consigo a legitimidade e o reconhecimento da sociedade brasileira que se sentia ameaçada pela incapacidade política dos Regentes em lidar com movimentos separatistas e que colocavam em perigo a unidade nacional. E, em terceiro lugar, as características da liderança modernizadora, ou seja, ascendia um governante cuja característica fundamental era uma formação voltada para as ciências e as artes, que respirava os novos ares da política internacional que combatia os ímpetus revolucionários com práticas governamentais mais liberais, mas “esclarecidas”, voltadas para o estabelecimento de consensos sociais e políticos através do respeito aos “direitos naturais” dos indivíduos, viabilizando assim a legitimidade e a governabilidade.

### III. Conclusão

O século XIX foi para o Brasil,

o século das máquinas, das inovações, das descobertas, da celebração do espírito

científico que fora capaz de domar as forças natureza e pô-las a serviço da civilização. Qual moderno Prometeu que aprisiona o fogo e o presenteia ao homem,

o homem do século XIX parecia não enxergar limites no mundo natural para as suas conquistas.<sup>5</sup>

A SAIN foi uma das instituições responsáveis por manter o ideal científico incorporado ao imaginário social brasileiro, tornando-o o argumento, por excelência, da construção de uma hegemonia político-econômica para um país independente e civilizado, para a construção de uma sociedade cientificamente avançada e racional,

---

<sup>5</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Trabalhadores e máquinas: representações do progresso (Brasil: 1880 – 1920).

**Anos 90**, Porto Alegre, no. 02, Maio de 1994, p. 16.

onde a tecnologia nacional alavancaria a agricultura e a indústria, onde as riquezas naturais seriam bem exploradas e colocadas a serviço da comunidade.

Assim como as demais sociedades científicas do século XIX, a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional compreendia a si mesma como a portadora do progresso e da racionalidade necessários para se alcançar um futuro de prosperidade. A SAIN nasceu e fez parte do contexto social e político em que a Ciência se desenvolvia dentro de um processo muito mais amplo de racionalização e desenvolvimento das economias capitalistas, nas quais a acumulação de capital financeiro deveria ser revertida, necessariamente ao investimento em ferramentas, máquinas e recursos produtivos que viabilizassem o acúmulo cada vez maior de riquezas. Ela nasceu, portanto, com as grandes ambições de transformar e reformar o pensamento econômico brasileiro e fazê-lo evoluir em defesa dos interesses privados, mas também nacionais, de explorar de maneira mais eficiente aquilo que a natureza havia dado generosamente aos brasileiros: a fertilidade da terra.

A *Sociedade Auxiliadora* foi, portanto, um espaço de articulação dos interesses do Estado, um dispositivo do poder que, segundo Foucault, agenciava diferentes mecanismos de para apoiar e manter práticas governamentais inovadoras, através das interações da esfera política com as esferas econômica, social e cultural. Foi o espaço de projeção de novas perspectivas econômicas para um Brasil moderno, que visava à transformação de uma sociedade tradicional baseada numa economia agorexportadora numa economia centrada na introdução de tecnologia e na industrialização, viabilizando a consolidação de do próprio Estado e a eliminação dos desequilíbrios setoriais existentes.

Uma associação ímpar no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional, na materialização de uma identidade do povo brasileiro e na construção de princípios norteadores da vida social ao longo de sua existência. A SAIN desempenhou a tarefa de pensar e racionalizar o Brasil segundo o postulado de sua própria história econômica, política e social. Comprometendo-se em desenvolver a gênese da modernidade e do progresso em terras brasileiras, a partir da associação de homens letrados, instruindo e informando o povo sobre as potencialidades e possibilidade do avanço técnico científico, viabilizou o crescimento produtivo e o reconhecimento do Brasil enquanto

nação civilizada. A Sociedade fomentou uma nova mentalidade entre os brasileiros, através do nacionalismo econômico, da fé no futuro e da crença nos recursos e nas riquezas do Brasil.

#### IV. Bibliografia

ALMEIDA, Ignacio Alvares Pinto de. **Discurso que no Faustíssimo dia 19 de Outubro de 1827, em que foi installada a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional recitou Ignacio Alvares Pinto de Almeida.** Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1828.

ANDRADE, André Luiz Alipio de. **Variações sobre um tema: a Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional e o debate sobre o fim do trafico de escravos (1845-1850).** Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP, 2000.

ANDRADE, Manoel Correia. **As raízes do separatismo no Brasil.** São Paulo: UNESP, 1999.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil.** Rio de Janeiro: Itatiaia, 1997.

ARAÚJO, Hermetes Reis de. Técnica, Trabalho e Natureza na Sociedade Escravista. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 18 n. 35, 1998.

AZEVEDO, Fernando de (Org.). **As Ciências no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994, 2ª edição.

AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. Sociedades fundadas no Brasil desde os tempos coloniais até o começo do atual Reinado. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. XLVIII, parte 2, 1884.

BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil.** Rio de Janeiro: FGV, 1966.

BASILE, Marcello Otávio. **Ezequiel Corrêa dos Santos: um jacobino na corte imperial.** Rio de Janeiro: FGV, 2001.

BESOUCHET, Lídia. **Mauá e seu tempo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

\_\_\_\_\_. **Pedro II e o século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BETHELL, Leslie (org.). **Brasil: Fardo do passado, promessa do futuro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes. **Diálogo das Grandezas do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1977.

BRAUDEL, F. **Reflexões sobre a História**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BRITO, Lemos. **Pontos de partida para a história econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional/INL, 1980.

BOBBIO, Norberto *et alii*. **Dicionário de política**. Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998.

BUESCU, Mircea. **Evolução econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: empresário do império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CALMON, Pedro. **A Vida de Pedro II, o Rei Filósofo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975.

\_\_\_\_\_. Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Centro Industrial do Brasil). Palestra proferida na reunião do Conselho Deliberativo do Centro Industrial do Brasil, realizada no dia 6 de Dezembro de 1977. **RIHGB**, vol. 318, 1978.

CARONE, Edgar. **O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua importante participação na economia nacional (1827 – 1977)**. Rio de Janeiro: CIRJ / Cátedra, 1978.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.. **Domínios da História – ensaios de teoria**. São paulo: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. **Os métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário de república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. **Construção da ordem e teatro das sobras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARVALHO, José Murilo de et CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

COSTA, Ana Luiza Jesus. **À Luz das Lamparinas. As escolas noturnas para trabalhadores no Município da Corte (1860-1889)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

COSTA, Angela Marques da. **1890-1914: no tempo das certezas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DA COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia á República: momentos decisivos**. São Paulo: UNESP, 1999.

DANTES, Maria Amélia M. As ciências na história brasileira. **Ciência e Cultura**. São Paulo: vol.57, no.1, Jan./Mar. 2005.

\_\_\_\_\_. (org.). **Espaços da Ciência no Brasil: 1800 – 1930**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. **A noção de civilização na visão dos construtores do Império. (A Revista do Instituto histórico e geográfico Brasileiro: 1838 – 1850/60)**. Dissertação de mestrado apresentada no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989.

\_\_\_\_\_. **Ciência: um caso de política. As relações entre as Ciências Naturais e a Agricultura na Brasil-Império**. Tese apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências de Humanas da Universidade da São Paulo, 1995.

**Estatutos da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typographya Imperial e Nacional, 1828.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Rio de Janeiro. Globo, 1958.

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, 1992/10, 181-193.

FRANCO JR., Hilário et alii. **História econômica geral e do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1980.

FONSECA, Maria Rachel de G. Fróes da. Luzes das ciências na corte americana: observações sobre o periódico O Patriota. **Anais do Museu Histórico Nacional**, Rio de Janeiro, v. 31, 1999.

\_\_\_\_\_. **A única ciência é a pátria: O discurso científico na construção do Brasil e do México (1770-1815)**. Tese de doutoramento, Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1997.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FURTADO, Milton Braga. **Síntese da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

GAMA, Ruy. **História da técnica e da tecnologia: textos básicos**. São paulo: T. A. Queiroz, 1985.

\_\_\_\_\_. **Engenho e Tecnologia**. São Paulo: Duas Cidades, 1983.

GOUVEIA, Maria de Fátima Silva. A história política no campo da história cultural. **Revista de História Regional**, 1998/3, 25-36.

\_\_\_\_\_. **O Império das Províncias: Rio de Janeiro, 1822 – 1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque (dir.). **O Brasil Monárquico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. **Visão do paraíso**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

\_\_\_\_\_. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

HOLMES, Frederic. Do we understand historically how experimental knowledge is acquired? *History of Science*, v. 30, 1992, 119-136.

LIMA, Heitor Ferreira. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

\_\_\_\_\_. **Formação industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

LIMA, Oliveira. **O Império Brasileiro (1822 – 1899)**. São Paulo: Melhoramentos, 1927. Topbooks, 2006.

LIRA, Heitor. **História de Dom Pedro II: 1825-1891**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1977.

LUZ, Nícia Vilela. **A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930**. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.

LORENZO-FERNÁNDEZ, O. S.. **A Evolução da economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

MATOS, Raymundo José da Cunha. **Relatório recitado em sessão pública da Assembléia Geral da Sociedade Auxiliadora da Indústria nacional do Rio de Janeiro em o dia seis de agosto de 1837, mandado imprimir por conta da mesma Sociedade**. Rio de Janeiro, Tipographia Nacional, 1837.

\_\_\_\_\_. **Relatório recitado em sessão publica da Assembléa Geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1838. Documento manuscrito. Biblioteca da FIRJAN

- NORMANO, J. F.. **Evolução econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional/INL, 1975.
- O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typog. Imp. E Const. de Seignot-Plancher & C., 1833/1834/1835/1836/1837.
- O Auxiliador da Indústria Nacional**. Rio de Janeiro: Typ. Dous de Dezembro, 1853/1854/1855/1856/1857/1858/1859/1861/1861/1862/1863/1864/1865/1866/1867.
- PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1981.
- REBELLO, Lino Antonio.. **Relatório recitado em sessão pública da Assembléa Geral da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1839. Documento manuscrito. Biblioteca da FIRJAN
- REMOND, René. **O século XIX (1815 – 1914)**. São Paulo: Cultrix, 1997.
- RENAULT, Delso. **Indústria, escravidão, Sociedade: Uma pesquisa historiográfica do Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Império em procissão: ritos e símbolos do Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- \_\_\_\_\_. **As barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- \_\_\_\_\_. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, José Luiz Werneck da. **Isto é o que me parece: a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na formação social brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877**. Dissertação de Mestrado apresentada no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1979.
- STEIN, Stanley J.. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850 – 1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- VARGAS, Milton (org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: UNESP, 1994.
- VILLELA, André. Política tarifária no II Reinado: evolução e impactos, 1850-1889. **Nova Economia**, Belo Horizonte, no15, 2005.
- WEID, Elisabeth von der. **Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Portinho Cavalcanti, 1977.
- WEHLING, Arno. Ruptura e continuidade no Estado brasileiro, 1750-1850. **Historia Constitucional** (revista eletrônica), n. 5, 2004. <http://hc.rediris.es/05/indice.html>. Acesso em 20/01/2001.